

Cais do Valongo

: memórias e ressignificações

Ivanir dos Santos

Professor no Programa de Pós-graduação em História Comparada da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Intervenção crítica do Prof. Dr. Babalawô Ivanir dos Santos. Autor do livro "Marchar Não é Caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro", Pós-doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Professor e Orientador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador e coordenador de área de pesquisa no Laboratório de História das Experiências Religiosas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LHER/UFRJ). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Conselheiro Estratégico do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP). Conselheiro no Centre International Joseph KiZerbo pour l'Afrique et sa Diaspora/N'an laara an saara. (CIJKAD). Membro do Comitê Gestor do Cais do Valongo.

Palavras-chave Cais do Valongo – Patrimônio – Escravidão.

Keywords Cais do Valongo – Patrimony – Slavery.

Palabras clave Cais do Valongo – Patrimonio – Esclavitud.

Submissão

31/07/2023

Aprovação

11/08/2023

Publicação

18/08/2023

Quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso
Chimamanda Ngozi Adichie, 2019

A epígrafe acima, escrita pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, nos fala sobre a necessidade de darmos visibilidade a “outras” narrativas e experiências históricas ou, por assim dizer, as narrativas e experiências históricas não dominantes. Durante anos, a máscara colonial, construída pelo colonialismo europeu, silenciou as histórias e memórias coletivas dos povos negros escravizados e colonizados por meio de uma narrativa única, que buscou objetificar e coisificar as culturas e sociedades que, na visão do “colonizadores”, eram narrados e apresentados como o/a outro/a/e.

A possibilidade de escrever e reescrever a história dos povos negros no Brasil, alicerçada pelas interfaces das histórias das Áfricas, não é algo recente. No entanto, ainda é recente o fato de que o ensino das histórias e culturas africanas e brasileiras passou a ser obrigatório em todas as instâncias educacionais no Brasil.¹ Igualmente, é possível perceber que o número de pesquisas e estudos sobre Histórias das Áfricas começou a ganhar um peso para além dos espaços onde outrora estava circunscrita; movimentos sociais negros, ações afirmativas e de uma certa forma nos centros de pesquisas e ensino superior (ou de terceiro grau) no Brasil que bem antes da década de 1960 já vinham se debruçando sobre o tema.

Assim, ainda não nos é possível falar/escrever sobre as culturas e os patrimônios das populações negras no Brasil sem mencionar os processos da escravidão e o traslado das pessoas africanas para o continente americano, bem como os processos de resistências contra as violências perpetradas pelo Estado. Boa parte dos acervos culturais dos povos negros e das religiões de matrizes africanas no Brasil, que nos permite criar bases investigativas sobre os grupos religiosos marginalizados, não estão sobre a salvaguarda das populações negras.

Esses acervos, parte incontestável do patrimônio e das memórias das populações negras no Brasil, foram destruídas ou estão sobre a guarda do serviço de segurança

1 Promulgada em 2003, a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras nas escolas brasileiras, é um dos marcos das lutas e das resistências dos movimentos negro no Brasil em prol da garantia de direitos e equidade racial.

pública como provas criminais. E rememoram um período de perseguição e proibição das manifestações das culturas negras.

Como bem sabemos, assim com era em África, uma parte significativa das históricas dos povos negros não eram, até então, registradas sobre suportes físicos. Seus ritos e cerimônias religiosas (iniciações e passagens) e ensinamento eram (e de uma certa forma ainda são) passadas oralmente assim como de um mestre para os seus discípulos, acionando assim a produção de memórias coletiva para cada comunidade negra religiosa.

Sobre este aspecto, Maurice Halbwachs, enfatiza que a memória coletiva ressalta a força dos diferentes pontos de referência que dão suporte a nossa memória e que a inserem na memória da coletividade, ou de grupo, a que pertencemos. Entre eles desatacam-se os monumentos e os lugares de memória, o patrimônio arquitetônico, testemunhas mudas de paisagens em transformações.²

Já Michael Pollak pontua que, “na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional. Dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade”. De tal modo, longe de ver nas memórias coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”.³

Entretanto, mesmo carregada de seu sentido positivo, a memória coletiva não diz respeito, especificamente, a nacional – tida como oficial –, que é seletiva e está em constante negociação com os grupos sociais da nação. Disputadas, a memória se insere nas construções oficiais da nação, seja através de documentos físicos expressos em papéis, monumentos arquitetônicos, ou pequenos resquícios do passado.

Assim, o sítio arqueológico “Cais do Valongo”, desenterrado em 2011 e reconhecido em 2013 pela UNESCO como um importante lugar de memória das diásporas africanas, representaria o lugar-comum e um dos pontos de partidas para os debates em torno das construções e disputas da memória nacional.

O Cais do Valongo, que também recebeu o nome de Cais da Imperatriz como uma tentativa de apagamento e silenciamento da memória da história da escravidão no Brasil, recebeu milhares de pessoas africanas, na condição de escravizadas, até a primeira metade do século XIX, o que faz do local um testemunho da diáspora africana sem

2 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

3 POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

igual no mundo. E também um local de rememoração de dores e perguntas ainda não respondidas.

Destarte, tentar entender as gênesis cultural dos povos negro no Brasil, bem como os seus processos de resistências, principalmente ligados a memória, é mergulhar indiscriminadamente sobre o múltiplos sistemas culturais e religiosas africanos que aqui convivem. As fontes, memórias, são produtos de um passado se pretende investigar. Produtos estes que nem sempre foi construído pelos grupos investigados.

Assim, retirar máscaras coloniais, símbolo do projeto colonial impostas aos colonizados, para que possamos reescrever as histórias que ainda estão enterradas no grande palimpsesto, Cais do Valongo, é um dos pontos centrais para o fortalecimento da descolonização intelectual das histórias dos povos negros.